

Festa junina e Educação Infantil: uma análise da história e impactos no currículo

Juneteenth and Children's Education: an analysis of history and impacts on the curriculum

Festa junina e Educação Infantil: uma análise da história e impactos no currículo

DOI: 10.52641/cadcajv10i3.1116

Submitted on: 9.1.2025 | Accepted on: 9.2.2025 | Published on: 9.11.2025

Juliana Vidal Prado¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a polêmica envolvendo a participação de crianças em festas juninas realizadas em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) de Vila Velha-ES, à luz da legislação educacional, da bibliografia especializada e da realidade sociocultural local. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, analisa as festas juninas enquanto manifestações históricas, culturais e religiosas, destacando sua presença no currículo escolar e os desafios impostos pelo princípio da laicidade. Os resultados indicam que muitos familiares rejeitam a participação de seus filhos nesses eventos por associarem as festas a práticas confessionais, especialmente vinculadas ao catolicismo ou às religiões de matriz africana. Essa postura reflete, em grande medida, o desconhecimento sobre a dimensão cultural dessas celebrações, que transcendem suas origens religiosas e se consolidam como patrimônio imaterial brasileiro. Observou-se, ainda, que a escola desempenha papel central no diálogo e na conscientização das famílias, a fim de garantir às crianças experiências educativas significativas, pautadas pela diversidade, respeito e valorização cultural.

Palavras-chave: festas juninas, UMEI “Terezinha Agostini Pagotti”, religião, educação infantil.

ABSTRACT: The objective of this article is to reflect on the controversy involving the participation of children in June festivities held in a Municipal Children's Education Unit (UMEI) of Vila Velha-ES, in light of educational legislation, specialized bibliography and local sociocultural reality. A research, of a bibliographic and documentary nature, analyzes the June festivities as historical, cultural and religious manifestations, highlighting their presence in the school curriculum and the challenges imposed by the principle of secularism. The results indicate that many family members require the

¹ Mestranda em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
E-mail: julianavprado@hotmail.com

participation of their children in events by associating the festivals with confessional practices, especially linked to Catholicism or African-based religions. This position reflects, to a large extent, the lack of knowledge about the cultural dimension of these celebrations, which transcend their religious origins and are consolidated as Brazilian immaterial heritage. Note, however, that the school plays a central role in dialogue in the awareness of families, in order to guarantee children significant educational experiences, guided by diversity, respect and cultural valorization.

Keywords: june festivities, UMEI “Terezinha Agostini Pagotti”, religion, children's education.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo reflexionar sobre una política que involucra la participación de niños en fiestas conjuntas realizadas en una Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) de Vila Velha-ES, a la luz de la legislación educativa, la bibliografía especializada y la realidad sociocultural local. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, analisa as festas juninas enquanto manifestações históricas, culturais e religiosas, destacando sua presença no currículo escolar y os desafios impostos pelo princípio da laicidade. Los resultados indican que muchos familiares rechazan la participación de sus hijos en eventos por asociación como fiestas a prácticas confesionales, especialmente vinculadas al catolicismo o a las religiones de matriz africana. Esa postura refleja, en gran medida, el desconocimiento sobre la dimensión cultural de estas celebraciones, que trascienden sus orígenes religiosos y se consolidan como patrimonio imaterial brasileño. Observou-se, ainda, que a escola desempenha papel central no dialog e na conscientização das famílias, a fim de garantir às crianças experiências educativas significativas, pautadas pela diversidade, respeito e valorização cultural.

Palabras clave: festas juninas, UMEI “Terezinha Agostini Pagotti”, religión, educación infantil.

1. INTRODUÇÃO

As festas juninas ocupam um lugar de destaque no imaginário cultural brasileiro, constituindo-se como uma das mais expressivas manifestações populares que articulam elementos religiosos, históricos e sociais. Ao longo do tempo, tais celebrações foram incorporadas ao cotidiano escolar, especialmente na Educação Infantil, assumindo função pedagógica e identitária. No entanto, sua realização em instituições públicas de ensino suscita tensões relacionadas à laicidade do Estado e às diferentes compreensões

religiosas das famílias, que muitas vezes veem nesses festejos um vínculo direto com práticas confessionais.

Nesse contexto, este artigo tem como foco refletir sobre a participação – ou a ausência dela – das crianças nas festas juninas organizadas pela Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) “Terezinha Agostini Pagotti”, localizada em Vila Velha-ES. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, busca compreender as razões que levam determinadas famílias a rejeitarem a participação de seus filhos nesses eventos, analisando o fenômeno à luz da legislação educacional, da literatura acadêmica e da realidade socioeconômica e religiosa da comunidade escolar.

A relevância desta discussão repousa na necessidade de se pensar a escola como espaço plural, capaz de promover o diálogo intercultural e inter-religioso, respeitando tanto o princípio constitucional da laicidade quanto a função social da educação. Parte-se da hipótese de que a resistência de familiares decorre do desconhecimento acerca da dimensão cultural das festas juninas, as quais ultrapassam sua origem religiosa para configurar-se como patrimônio imaterial e elemento formador da identidade nacional.

Assim, a análise proposta busca evidenciar como a escola pode desempenhar um papel mediador na conscientização das famílias, valorizando a diversidade cultural e garantindo às crianças experiências educativas significativas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FESTA JUNINA COMO ELEMENTO CULTURAL E RELIGIOSO

Os solstícios de verão que marcavam a época das colheitas deram origem a uma série de festividades que culminaram nas festas juninas. Na Europa, com o advento do cristianismo, essas festividades foram compondo o calendário religioso e paulatinamente associadas ao conjunto de santos que compunha o catolicismo romano, que realiza celebrações similares aos solstícios. No cenário brasileiro, as festas juninas foram

inseridas pelos portugueses e, mais tarde, explica Pessoa (2013), elas foram adaptadas aos aspectos regionais adquirindo traços das culturas africana e indígena.

Há um simbolismo religioso muito forte nas festas juninas. Por exemplo, as fogueiras aludem à renovação e purificação espiritual. Em diversos aspectos, as quadrilhas rememoram narrativas bíblicas ou elementos vinculados à história dos santos juninos. Além disso, as comidas típicas – milho, quentão, amendoim e outras – são associadas às oferendas destinadas aos santos como uma forma de agradecimento pelas colheitas. As festas juninas ainda refletem a cultura brasileira, uma vez que incorpora danças folclóricas, indumentárias típicas e uma musicalidade tradicional, incluindo, diversas vezes, o forró, o xote e o baião, que estão enraizadas em tradições nordestinas disseminadas pelo Brasil (Mazuco, 2021).

Brincadeiras e jogos populares constituem a riqueza cultural que marca as festas juninas. Um exemplo seria a pescaria. Contudo, no conjunto, esses aspectos favorecem uma atmosfera lúdica e festiva e, por isso, as festas juninas emergem como um exemplo de como a cultura e a religião estabelecem relações intercambiáveis no processo de construção da identidade de um povo. No decorrer dos séculos, as festas juninas preservaram suas raízes religiosas, mas, absorveram elementos culturais variados, que muito espelham o patrimônio cultural do Brasil. Esse é um ponto central em torno das discussões sobre a aceitação ou exclusão dessas festas no ambiente escolar, sobretudo no âmbito da Educação Infantil, sob o argumento de não gerar conflitos com as famílias dos estudantes, porque, a depender da religião delas, não autorizam a participação das crianças nesses eventos festivos (Pessoa, 2013).

De acordo com Ruy (2021), o corpo docente da Educação Infantil costuma enfrentar uma série de dificuldades para trabalhar com a religião e com a cultura nas escolas. A dificuldade concentra-se especialmente no planejamento e na elaboração de estratégias metodológicas, o que, para a autora, está ligado às carências na formação docente em Ciências das Religiões bem como na inexistência do diálogo entre a escola e as famílias dos estudantes. Para ela, a alternativa geralmente é alterar as características culturais das festas juninas, com o objetivo de não gerar conflitos com as famílias que

insistem em não aceitar a participação das crianças nesses eventos e, de modo inevitável, acabam interferindo no currículo e nas experiências pedagógicas.

Na análise de Ruy (2021), o diálogo cultural com os estudantes é importante para a o desenvolvimento da alteridade, da tolerância e da formação integral, ou seja, formá-los como sujeito histórico, crítico-reflexivo, através do diálogo inter-religioso. A autora acredita que essa perspectiva ajuda no desenvolvimento da humildade para que os estudantes consigam experimentar a consciência dos limites daquilo que podem ou não fazer, como também serão capazes de superar a convicção religiosa a partir da abertura para conhecer outras visões de mundo, religiosas ou não, através da cultura de outros sujeitos.

A presença da religiosidade dos estudantes na escola pode ser um caminho para o desenvolvimento da tolerância, com possibilidade de estabelecer o diálogo e a sensibilidade na direção de uma convivência harmoniosa entre tradições religiosas distintas. Por isso, as festas juninas podem ser tratadas como expressão da cultura religiosa e identitária dos estudantes, um elemento previsto nas propostas pedagógicas das escolas de Educação Infantil brasileiras. Logo, a interação e a ludicidade presente nas festas juninas podem contribuir para o atendimento dos pressupostos do currículo da Educação Infantil.

No Município de Vila Velha-ES, há trinta e seis unidades de Educação Infantil ligadas à Secretaria Municipal de Educação. Em todas elas, as festas juninas estão previstas no calendário, porém, com nomenclaturas distintas, por exemplo: festa caipira, festa da roça ou festa do milho. Essa foi uma estratégia encontrada pelas escolas para evitar possíveis conflitos ou questionamentos por parte das famílias dos estudantes que costumam não autorizar a participação das crianças nesses eventos. Mas, em geral, as festas envolvem danças, gincanas, apresentações, pescarias, entre outros elementos comuns às festas juninas tradicionais, agora, com novas nomenclaturas.

Em Vila Velha-ES, as festas juninas devem ser organizadas a partir do contexto pedagógico, no intuito de promover e evidenciar a cultura. Mas, os estudantes e os professores utilizam indumentárias caipiras e nas festas são transmitidas músicas

sertanejas, caipiras e cantigas que aludem a São João. Mas, também pode-se identificar músicas gospel com diversos ritmos, por exemplo, forró. O objetivo é agradar a comunidade escolar. Mas, essa estratégia ainda não é eficaz em muitos casos, porque muitas crianças ainda são proibidas de participarem desses eventos, o que se configura em outro problema, pois os estudantes limitam sua participação apenas como espectadores dos ensaios, sendo excluídos das atividades. A escola não tem um plano de ação alternativo para esses casos.

A compreensão do significado das festas juninas na escola exige certa profundidade em seus aspectos históricos e originários. Como já dito, as raízes dessas festas remontam ao continente europeu especificamente ao contexto das celebrações de solstícios de verão. Os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil com essas tradições, e elas foram assimiladas no decorrer do tempo aos elementos das culturas africanas e indígenas, o que resultou no modelo de festa junina nacional. Para Campos (2007), o surgimento das festas juninas ocorreu em civilizações marcadamente religiosas, de modo que seu objetivo era afastar a presença de “demônios” destruidores das lavouras. Além disso, o autor explica que as festas juninas eram uma maneira de moralizar e normatizar os casamentos, em especial nos dias santificados aos santos pela igreja católica apostólica romana: São Pedro e Santo Antônio.

Eram dias em que as famílias se organizavam para a realização simbólica dos casamentos. Depois, elas visitavam os sacerdotes com o interesse de oficializar a união dos cônjuges. A distância dos centros urbanos, por assim dizer, eram grandiosas e, por isso, nem sempre era fácil chegar à igreja para realização dos casamentos. Ou seja, as pessoas acreditavam que as festas juninas eram um meio para obterem a bênção do santo, até o momento de receber a bênção sacerdotal. Nas palavras de Araújo (1973, p. 28):

No decorrer da Idade Média, a festa foi cristianizada e a Igreja Católica deu-lhe como padroeiros os santos cujas agiográficas localizavam-se na época da mudança de estação: Santo Antônio, São João e São Pedro. Os rituais ligados ao fogo (balões, fogueira, foguetes) também ganharam outra significação. De acordo com o que se acreditava, passaram a ter a finalidade de afugentar os demônios.

As festas juninas foram se estruturando na história dos povos, à luz de fortes tradições religiosas, objetivando o êxito na agricultura. No século XIX, elas passaram a ser realizadas nas cidades, em clubes, em que os participantes iam com tarjes caipiras e faziam trocas de comidas típicas regionais.

O desenvolvimento econômico ao lado da crescente desigualdade social e cultural fez com que as festas juninas recebam novos contornos. Elas passaram a ser vistas como estereótipos contrários à devoção religiosa. O movimento de urbanização das festas juninas reduziu as manifestações religiosas, que foram substituídas por aspectos lúdicos e recreativos. No pensamento de Campos (2007), essas festas foram assumidas nas escolas a partir de 1970, no contexto da educação tecnicista. Tratava-se de uma ação prevista no currículo e no planejamento das escolas nacionais, privadas e públicas. As festas juninas, a partir de então, eram eivadas de elementos culturais, financeiros e religiosos, porque o comércio de comidas típicas, ao lado das vendas de ingressos para os jogos e pescarias, levantava recursos financeiros que eram utilizados na manutenção das escolas, uma vez que essas instituições não recebiam tantos investimentos em virtude da desvalorização da educação (Cortella, 1998).

Outra finalidade das festas juninas era a abertura para o diálogo entre a escola e a comunidade local. Chiavenato (1993) comenta que as famílias e as escolas tinham a necessidade de criar estratégias e parcerias para a realização dessas festas. Essa abertura expandiu as fronteiras da presença das festas juninas nas escolas, de modo que os clubes deixaram cada vez mais de realizá-las. De manifestação religiosa para culto aos santos da agricultura, normatização de casamentos nas cidades interioranas, as festas juninas chegaram às instituições escolares com o desenvolvimento da sociedade. Isso as fortaleceu como herança cultural e como representante de um dos maiores fenômenos religiosos do Brasil. Mesmo assim, elas passaram por um processo de desvalorização cultural, sofrendo ainda com diferentes formas de preconceito e intolerância, sobretudo no contexto escolar.

Para Cortella (1998), na contemporaneidade, as festas juninas emergem como mecanismo desconstrutor da cultura, pois elas produzem estereótipos que deterioram a

imagem dos sujeitos que habitam nas zonas rurais como também ridicularizam a religião. A configuração das festas juninas pode ser entendida como um deboche do casamento, porque os cônjuges acabam sendo ridicularizados, e os elementos simbólicos do cristianismo, ao lado do matrimônio, são ridicularizados. Um exemplo seria a água benta e o balde, explica o autor, que considera tais festas como artefatos políticos e sociais, cujas famílias são incentivadas pelas escolas a vestirem as crianças com remendos, pintar dentes com falhas e falarem de modo incorreto, ou seja, ações eivadas de desrespeito e preconceito com outras pessoas. Para o autor, as pessoas que habitam as zonas rurais não têm as mesmas condições de acesso à saúde e à educação, o que, na verdade, é uma situação de sofrimento.

Com isso, as escolas:

Degradam a cultura popular brasileira ao fazerem simulacros de 'festas juninas'. Mesmo tendo em conta o imenso esforço feito pelas professoras (semanas de ensaios!), as crianças são fantasiadas de caipiras (roupas remendadas, dentes falhados, bigodes e costeletas horrorosas, chapéus esgarçados, andar trôpego e espalhafatoso e um falar incorreto), como se os trabalhadores rurais assim o fossem por gosto, ingênuos e palermas. Poucas escolas explicam a origem das festas e a importância do cidadão camponês e resguardam sua dignidade; poucas, ainda, destacam que a falha no dente não é algo que aquele brasileiro ou aquela brasileira tem para ficar 'engraçados' (são desdentados por sofrimento), ou informam que eles produzem comida e passam fome, como se fossem subumanos, não têm acesso à escola etc. É, em grande parte, a ridicularização da miséria, cujo ápice é uma festa na escola, com uma concorrida profusão de máquinas fotográficas e filmadoras que se atropelam em busca de imagens caricatas (Cortella, 1998, p. 153).

No pensamento do autor, as festas juninas escolares deveriam ser marcadas por um trabalho crítico, respeitoso e ético, envolvendo a relevância da agricultura e diversidade cultural. Esse processo contribuiria com a dignidade humana das pessoas envolvidas nessa atividade. Mas, o que acontece nas escolas acaba gerando constrangimento às famílias que não dispõem de recursos financeiros para aquisição de alimentos para participarem das brincadeiras, deixando os estudantes frustrados. Esse é um aspecto que reafirma a desigualdade social na sociedade contemporânea (Cortella, 1998).

As festas juninas nas escolas possuem um significado que extrapola a ideia de uma celebração festiva. Elas podem gerar oportunidades para as crianças aprenderem acerca da diversidade cultural e religiosa brasileira. A preparação das festas juninas pode ser um momento positivo, pois torna possível interações interdisciplinares, envolvendo estudos sobre as tradições juninas, a confecção de enfeites o preparo de alimentos, ensaios entre outros. As festas juninas promovem a união entre as turmas, comunidades e famílias, promovendo a valorização e o respeito às distinções culturais. Para Sousa (2018), trata-se de um processo fortalecedor do senso de comunidade e pertença às escolas, capaz de integrar estudantes, professores e famílias. Cria-se, com isso, um ambiente de partilha e confraternização, reunindo pessoas em torno de celebrações, divertimento e fortalecimento de laços de solidariedade e amizade.

Na escola, as festas juninas preservam e promovem as tradições culturais do Brasil, garantindo sua transmissão para as gerações vindouras. Nesse sentido, elas superam a lógica de uma simples comemoração, refletindo a diversidade cultural do país. Essa parece ser uma oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento discente, mormente para a Educação Infantil, ou seja, uma maneira de integrar e valorizar as tradições regionais. Através das festas juninas, a escola pode desempenhar um papel crucial na formação de cidadãos conscientes, críticos e culturalmente ricos. Aí reside a importância de refletir sobre como a participação dos estudantes da Educação Infantil acontece nas festas juninas escolares, no Município de Vila Velha-ES. Vale ainda considerar a maneira que as Diretrizes Curriculares norteiam o currículo municipal dessa cidade. Isso será feito a seguir.

2.2 PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NAS FESTAS JUNINAS EM VILA VELHA-ES

A rede municipal de ensino de Vila Velha investe sistematicamente na Educação Infantil desde 1995, através da descentralização de recursos com o advento da LDBEN. Foi nessa época que a educação de crianças entre zero a seis anos integrou a Educação

Básica nessa rede de ensino. As UMEIs foram surgindo em Vila Velha a partir dos investimentos do Governo Federal e com as contribuições do movimento das mães trabalhadoras, que necessitavam das creches para o acolhimento de seus filhos enquanto elas trabalhavam. Mas, nessa época, o caráter das UMEIs era predominantemente assistencialista.

A partir de 2001, realizaram-se os primeiros concursos para o magistério na Educação Infantil e, paulatinamente, o sistema educacional do Município articulou as propostas pedagógicas para crianças de zero a seis anos. No geral, a construção do currículo para a Educação Infantil em Vila Velha foi marcada por complexidades e pouca reflexão. Apenas no ano de 2010 o movimento reflexivo teve êxito, culminando nas diretrizes que são utilizadas atualmente pela rede de ensino como horizonte para a educação das crianças público-alvo da Educação Infantil. Mas, isso, hoje, é feito também à luz das orientações da BNCC (Ruy, 2021).

As diretrizes curriculares da Educação Infantil de Vila Velha seguem a dinâmica da construção e reconstrução constante dos princípios do currículo reflexivo. Elas não rejeitam a visão transformadora em relação às demandas da qualidade da educação para crianças. Elas foram delineadas com base no currículo do Estado do Espírito Santo, na LDBEN e na BNCC, de modo que a Educação Infantil ofertada nesta cidade trata a criança como sujeito histórico de direitos e valoriza a aprendizagem. Logo, valoriza-se o protagonismo das crianças no processo de aprendizagem, enfatizando os campos e os direitos de aprendizagem através da pedagogia de projetos, que privilegia os interesses das crianças e da comunidade escolar.

Nesse cenário, as festas juninas podem ser realizadas nas UMEIs, em especial quando contextualizadas à luz do Projeto Político Pedagógico (PPP), dos planos de ações anuais e dos projetos desenvolvidos nas salas de aula. São documentos constituídos por critérios, temas e metodologias que abrem espaço para as festas juninas nas escolas. O curricular escolar de Vila Velha pressupõe que as festas juninas devem adquirir um teor cultural para a comunidade escolar, de maneira que as articulações religiosas são vedadas em virtude do caráter laico e plural da escola.

Ao considerar o texto constitucional brasileiro, a escola deve exercer a laicidade do Estado. Por isso, exige-se certa neutralidade quanto às perspectivas religiosas nas escolas, sobretudo em sua estrutura administrativa e pedagógica. Segundo Santos (2019), o Estado laico se mantém neutro no debate sobre os fenômenos religiosos, não assumindo funções espirituais e não se identificando com qualquer confissão religiosa. Nesse sentido, o Estado laico se restringe à promoção do papel político e crítico sem hierarquizar a religião em questões sociais.

Mazuco (2021), em sua entrevista com Giovana Servante, gestora da Educação Infantil de Vila Velha, há uma preocupação quanto à participação das crianças nas festas juninas por parte das famílias em relação aos fenômenos religiosos e culturais em torno desse evento. As palavras da gestora foram as seguintes: “infelizmente, as realizações de festas juninas nas UMEIs despertam nos pais e nas mães evangélicas um descontentamento, pois eles alegam que as crianças, em respeito à sua fé, não devem participar das referidas festas, e isso acaba gerando conflitos e tensões no ambiente escolar” (Mazuco, 2021, p. 58). Por isso, a orientação metodológica consiste em trabalhar a festa junina sem aludir às festas religiosas católicas romanas ou evangélicas.

A influência na participação das crianças nas festas juninas nas UMEIs de Vila Velha também compôs a pesquisa de Ruy (2021). Em sua pesquisa, a autora trabalhou com a canção *Toda menina baiana*, de Gilberto Gil. Ela explica que, no decorrer da apresentação da música, os familiares e responsáveis pelas crianças criticaram a apresentação por causa da letra e das vestimentas usadas pelas crianças. Segundo a autora, o teor das críticas destinava-se à semelhança das roupas brancas que eram comuns nos rituais praticados pelas religiões afro-brasileiras. Em virtude disso, as festas juninas foram excluídas do calendário escolar e, junto delas, outras celebrações, tais como: carnaval, páscoa, natal, entre outras, com o objetivo de não contrariar a opinião das famílias (Ruy, 2021).

O cancelamento das festas juninas demonstra que essa escola não exerce o princípio da laicidade do Estado. Essa conduta nega a neutralidade, porque acata a reivindicação preconceituosa dos familiares e da comunidade local. Contudo, essa

realidade foi o impulso para o desenvolvimento da pesquisa de Ruy (2021), para propor um trabalho pedagógico à luz das contribuições das Ciências das Religiões. Na mesma intensidade, a pesquisa de Mazuco (2021) refletiu como a gestão democrática pode favorecer o diálogo com as famílias e levá-las ao conhecimento da cultura que perpassa as festas juninas. Na escola em que realizou sua pesquisa, também localizada em Vila Velha, Mazuco (2021) afirma que as festas juninas foram mantidas a partir da compreensão das famílias, o que reduziu a ênfase que recaía sobre as características da religiosidade e ampliou a relevância das expressões culturais.

O diálogo com as famílias, nesse sentido, parece ser uma estratégia eficaz quanto à questão da religiosidade nas festas juninas. Em relação à religiosidade na Educação Infantil de Vila Velha, Rocha (2022) considera que as crianças de cinco anos fazem excelentes narrativas sobre a religiosidade e a cultura com suas falas e desenhos. A autora pensa a religiosidade na perspectiva da infância e esclarece que a Educação Infantil deve estar preparada para educar para a diversidade.

Para Cortella (2006), os adultos devem respeitar e acolher o sentimento religioso das crianças, em respeito ao seu imaginário, experiências e desenvolvimento cognitivo nas diferentes articulações religiosas. São elementos que, para o autor, exercem influência na identidade religiosa das famílias das crianças, bem como nos sentimentos e nas emoções delas. Por isso, ele entende que a religiosidade não deveria se ausentar das crianças, porque a religião se manifesta em todas as sociedades e épocas. Com isso, as crianças deveriam aprender a respeitar a religiosidade ou espiritualidade de outras pessoas, independentemente de seus valores, gênero ou classe social.

É neste aspecto que a educação pode desempenhar um papel crucial sobre o conhecimento das crianças, isto é, a partir do diálogo inter-religioso e da concessão de voz à diversidade cultural e religioso, o que pode ser iniciado no currículo escolar da Educação Infantil. As diretrizes curriculares da Educação Infantil asseguram o cumprimento da função política, social e pedagógica. No inciso V, preconiza-se: “construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com [...] o rompimento de relações de dominação [...] religiosa” (MEC, 2009).

Rodrigues e Junqueira (2017) explicam que a diversidade religiosa precisa ser mediada e compreendida no contexto escolar com base no diálogo sobre as relações que se estabelecem entre passado e o futuro das sociedades, com vistas às trocas de experiências e possibilidades de uma convivência em harmonia mormente para resolução de conflitos. Para ela e ele, essa dinâmica se configura num “processo significativo e complexo que envolve o indivíduo na sua totalidade e ainda aponta para a experiência religiosa” (Rodrigues; Junqueira, 2017, p. 207-209).

Chauí (1995) trata a religiosidade como uma manifestação que serve ao alento para situações distintas constituídas por meio da relação com a cultura. Para ela, “as representações são naturais, mas possuem um significado que as liga às teofanias em que aparece a força da potência realizadora daquilo que o [ser humano] pensa não ser capaz de resolver” (Chauí, 1995, p. 25). Por isso, é importante questionar se os familiares das crianças, em nome de sua própria religiosidade, que também compõe a cultura, podem proibir seus filhos de terem acesso à outras culturas. Desse modo, é pertinente refletir de que maneira a UMEI “Terezinha Agostini Pagotti” pode favorecer a ampliação do conhecimento das famílias das crianças em relação aos fenômenos presentes nas festas juninas que são realizadas nessa escola.

2.3 O CENÁRIO DA PESQUISA: UMEI “TEREZINHA AGOSTINI PAGOTTI”

Vila Velha é um Município caracterizado por uma grande representatividade religiosa e cultural, que pode ser notada nos monumentos e templos religiosos nele localizado. Segundo o IBGE, uma parcela considerável dos habitantes dessa cidade são evangélicos e católicos romanos, e o turismo religioso emerge com um imenso potencial. Compreende-se que essas características religiosas perfazem o rol de motivos que os familiares das crianças matriculas na UMEI “Terezinha Agostini Pagotti” criticarem a festa junina na escola e demonstrarem nenhum respeito pela diversidade religiosa.

A lei nº 4.707, de 10 de setembro de 2008, preconiza a institucionalização dos bairros nas cinco regiões administrativas de Vila Velha. A região 5, onde situa-se a UMEI

pesquisada, mais especificamente no bairro Ulisses Guimarães. Esse bairro surgiu há, aproximadamente, trinta anos, e é fruto de invasões, contexto no qual os primeiros moradores edificaram suas casas com lonas, sem usufruir de qualquer infraestrutura e saneamento básico. No início, o distanciamento do centro urbano era maior, de modo que a população sofria com a falta de equipamentos públicos. As instituições religiosas, centros espíritas e igrejas, foram se constituindo na localidade com o passar do tempo, e elas ofereciam auxílio através de projetos sociais em torno de alimentação e ensino de práticas esportivas como o *surf*.

Na atualidade, nem todas as ruas do bairro Ulisses Guimarães são pavimentadas e asfaltadas, e boa parte da população ainda não conta com saneamento básico, porque os esgotos ainda podem ser vistos a céu aberto. No geral, o bairro conta com os serviços de coleta de lixo e iluminação pública para o atendimento de cerca de sete mil e duzentos habitantes. O IBGE informa que a população feminina constitui o número superior a três mil mulheres e, aproximadamente, seiscentos e oitenta e nove crianças, de zero a cinco anos, habitam nesse bairro e elas deveriam estar matriculadas nas UMEIs.

Em Ulisses Guimarães, existem cinco unidades de educação, sendo: três escolas de Ensino Fundamental e duas UMEIs. A primeira é a UMEI “Terezinha Agostini Pagotti”, que atende crianças de zero a cinco anos com diferentes dificuldades, dentre as quais, a principal é a carência de recursos financeiros, pois, em geral, a renda familiar é de $\frac{1}{4}$ salários mínimos somada com auxílios do Governo Federal: Bolsa Família e Auxílio Gás. A maioria das crianças vivem apenas com as mães e sofrem com a ausência paterna. Em casos diferentes, elas residem com parentes próximos.

Em aspectos religiosos, as famílias demonstram viver em um constante trânsito religioso. Muitas delas frequentam simultaneamente igrejas evangélicas, templos católicos romanos ou religiões de matrizes africanas. Elas fazem isso, em geral, porque essas instituições religiosas oferecem atendimento odontológico, cestas básicas e outros benefícios. Um grupo de famílias frequenta templos neopentecostais ou igrejas renovadas, por assim dizer, em busca de conforto e esperança e/ou experiências com o transcendente. Os templos religiosos situados nas proximidades da escola realizam

trabalhos voluntários e projetos sociais, oferecendo, por exemplo, reforço escolar e aulas de diferentes esportes: capoeira, balé bem como distribuem cestas básicas.

A UMEI “Terezinha Agostini Pagotti” surgiu em meados da década de 1990, no contexto de assistencialismo. A senhora Terezinha Agostini Pagotti teria doado um terreno para construir um barracão e, com isso, ajudar as mães trabalhadoras daquela região no cuidado com seus filhos. Após seu falecimento, a Prefeitura Municipal de Vila Velha assumiu a responsabilidade pelas crianças que frequentavam o local, mas o caráter assistencialista ainda foi mantido, porém, de forma precária. Mais tarde, a UMEI foi inaugurada e recebeu o seu nome em homenagem à Terezinha Agostini Pagotti.

No período entre os anos 2001 a 2005, a UMEI foi transferida para o bairro Ulisses Guimarães, em um estabelecimento em que funcionava a Unidade Municipal de Ensino Fundamental (UMEF) “Deolindo Perim”. O atendimento iniciou de modo provisório, de modo que, até o momento, a escola continua funcionando nesse prédio antigo e não conta com acessibilidade para o atendimento de crianças com deficiência, por exemplo, em especial cadeirantes. A escola ainda não recebeu investimentos para adaptações para o público da Educação Especial, não atendendo aos critérios da inclusão social, porém, atende crianças de três a cinco anos nos turnos matutino e vespertino.

A UMEI “Terezinha Agostini Pagotti” possui secretaria escolar, sala de professores, sala de pedagogos, depósito de merenda escolar, cinco salas de aula, cozinha, sete banheiros, pátio e refeitório pequenos. Não existe uma sala para direção da escola, laboratório, biblioteca e parque. As equipes administrativa e pedagógica da UMEI realizam suas ações por meio de um plano de ação anual e do PPP. As festas e os projetos selecionados são realizado em conformidade com o planejamento: festa cultural junina, abertura dos valores na infância e natal de valores, contando com a presença das famílias na escola.

A participação das famílias ocorre de modo formal, através da realização de conselhos escolares nos quais os familiares têm representação através dos agendamentos e atendimentos. O mesmo acontece de modo informal, quando os familiares procuram a escola por qualquer motivo. Nesse sentido, há um diálogo constante entre escola e família.

A participação familiar é importante para o desenvolvimento das crianças, porém, considera-se que a escola ainda precisa dialogar sem receios com as famílias sobre as pressões em relação às festas juninas, no intuito de esclarecer qual o papel social e cultural da escola.

As famílias precisam compreender a relevância das trocas de experiências entre as crianças, sobretudo quando elas têm contato com diferentes tradições religiosas e culturais, independentemente da identidade religiosa que assumem. O trabalho com os fenômenos religiosos presentes nas festas juninas são uma estratégia lúdica para articular as manifestações religiosas e contribuir com a diversidade cultural brasileira. Por isso, com base na investigação das razões que levam os familiares das crianças matriculadas na UMEI “Terezinha Agostini Pagotti” a não autorizarem seus filhos a participarem das festas juninas escolares. Trata-se de um evento previsto no calendário escolar, no plano de ação e no PPP da escola, compreende-se que se trata da falta de conhecimento por parte dessas pessoas em relação à importância de trabalhar com os fenômenos religiosos das festas juninas na escola.

3. METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste estudo possui caráter bibliográfico e documental, uma vez que se fundamenta em referenciais teóricos da área da Educação e das Ciências das Religiões, bem como em legislações que regulam a prática pedagógica no Brasil e no município de Vila Velha-ES. O levantamento bibliográfico incluiu obras clássicas e produções acadêmicas recentes sobre festas juninas, religiosidade e laicidade, de modo a embasar a análise das tensões presentes no ambiente escolar.

No âmbito documental, foram examinados textos normativos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e documentos específicos da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha. Esses materiais permitiram compreender como a legislação orienta a realização de manifestações

culturais no espaço escolar e quais limites são estabelecidos pelo princípio da laicidade.

A escolha da UMEI “Terezinha Agostini Pagotti” como cenário da investigação se justifica por sua inserção em um contexto social e religioso marcado pela diversidade e por recorrentes tensões entre escola e famílias no tocante à participação das crianças em festas juninas. Nesse sentido, procedeu-se à análise qualitativa de informações referentes ao perfil socioeconômico e religioso da comunidade escolar, a fim de identificar fatores que influenciam a aceitação ou rejeição desses eventos.

A abordagem qualitativa adotada possibilitou interpretar os significados atribuídos às festas juninas pelos diferentes sujeitos envolvidos, privilegiando o caráter interpretativo e reflexivo. Dessa forma, a metodologia não se restringiu à descrição dos fatos, mas buscou compreender as percepções e implicações culturais, pedagógicas e religiosas que permeiam a participação (ou ausência dela) das crianças nesses festejos escolares.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa evidenciam que a participação das crianças nas festas juninas da UMEI “Terezinha Agostini Pagotti” é marcada por tensões e resistências advindas, principalmente, das famílias de orientação religiosa mais conservadora. Para grande parte dos responsáveis, esses eventos estão diretamente vinculados à devoção aos santos católicos ou às religiões de matriz africana, o que leva à recusa em permitir a presença de seus filhos. Tal percepção reforça a hipótese inicial de que o desconhecimento sobre a dimensão cultural das festas juninas é um fator determinante para a rejeição.

A análise documental revelou que, embora a legislação educacional brasileira — notadamente a LDBEN (Lei nº 9.394/1996), a Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes Curriculares Nacionais — assegure a laicidade do Estado, também reconhece a importância da valorização cultural e da diversidade no currículo escolar. Nesse sentido, constata-se uma contradição: ao ceder às pressões familiares que recusam a realização de festas juninas, algumas instituições escolares acabam por enfraquecer o princípio da

laicidade, uma vez que permitem que valores confessionais orientem práticas pedagógicas.

Outro aspecto relevante diz respeito à tentativa de adaptação das festas juninas, por meio da alteração de nomenclaturas (como “festa caipira” ou “festa do milho”), ou pela inclusão de músicas gospel para contemplar parte da comunidade. Embora essas estratégias visem reduzir conflitos, os dados analisados indicam que elas não são plenamente eficazes, visto que muitas crianças permanecem impedidas de participar, limitando-se a atuar como espectadoras das atividades. Essa exclusão compromete o direito à aprendizagem e à vivência cultural, previstos nas diretrizes curriculares da Educação Infantil.

A discussão dos resultados aponta, ainda, para o papel da escola enquanto espaço privilegiado de diálogo e mediação cultural. A literatura consultada (Ruy, 2021; Mazuco, 2021; Sousa, 2018) demonstra que a interação com manifestações culturais como as festas juninas pode contribuir para a formação de valores como alteridade, tolerância e respeito à diversidade, fundamentais no processo de socialização infantil. Dessa forma, a exclusão de estudantes em função de crenças religiosas representa não apenas uma perda pedagógica, mas também uma limitação no desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais.

Além disso, o levantamento socioeconômico e religioso do bairro Ulisses Guimarães, onde se localiza a UMEI, revelou um contexto de vulnerabilidade social, no qual as instituições religiosas exercem papel significativo na oferta de apoio material e simbólico às famílias. Essa realidade ajuda a compreender por que muitas delas atribuem às igrejas a autoridade sobre práticas culturais, reforçando a resistência em aceitar atividades escolares que percebem como contrárias à sua fé. Contudo, esse mesmo dado reforça a necessidade de que a escola se posicione como instância de conhecimento crítico e inclusivo, capaz de dialogar sem desrespeitar as convicções familiares, mas sem abrir mão de sua função social de formação cidadã.

Em síntese, os resultados indicam que as festas juninas, quando tratadas apenas como manifestações religiosas, tendem a gerar rejeição e exclusão. Entretanto, quando

compreendidas e trabalhadas em sua dimensão cultural e pedagógica, elas se constituem como um potente instrumento de valorização da diversidade, de construção de identidade e de promoção da convivência democrática no espaço escolar.

5. CONCLUSÃO

O artigo refletiu sobre um problema que toca a questão da diversidade religiosa e cultura brasileira a partir de uma pesquisa realizada na UMEI “Terezinha Agostino Pagotti”, em Vila Velha. Este Município mostrou-se marcado por problemas similares em outras UMEIs, o que abre espaço para futuras pesquisas sobre o imaginário religioso e sua influência sobre a cultura e a religião dos habitantes dessa cidade, por exemplo.

Em geral, os familiares das crianças matriculadas nessa UMEI não autorizam a participação de seus filhos nas festas juninas nela realizadas.

Foi possível mostrar as festas juninas como um elemento da cultura e da religião e, por isso, passíveis de serem ensinadas e realizadas no interior das escolas, mas com a devida atenção aos princípios da laicidade. A participação das crianças matriculadas na UMEI nas festas juninas acontece, mas não sem desafios e barreiras. Isso mostra a falta de conhecimento em relação às famílias quanto aos aspectos culturais e religiosos, mas desdobra-se sobremodo na forma de despeito em relação à diversidade religiosa e cultural.

O contexto socioeconômico e religioso em torno da UMEI pode ser um motivo para esse problema. Mas isso também exige uma análise mais detalhada em futuras pesquisas. Considera-se que os familiares das crianças matriculadas nessa UMEI tratam as festas juninas como um evento em comemoração e/ou celebração aos santos católicos romanos ou divindades africanas. A rejeição quanto à participação das crianças nesses eventos escolares ocorre em virtude do desconhecimento de aspectos importantes em torno dos fenômenos religiosos que cercam esse evento cultural e religioso.

A escola tem nesse caso um papel relevante para mitigação desse problema. A escola já estabelece diálogos, formais e informais, com as famílias das crianças. Esse

parece ser um caminho possível para conscientização acerca do valor cultural e religioso que perpassam as festas juninas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alceu M. **Cultura popular brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

CAMPOS, Judas T. **Festas juninas nas escolas**: lições de preconceitos. Educ. Soc., v. 28, n. 99, p. 589-606, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1993.

CORTELLA, Mario S. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 1998.

CORTELLA, Mario S. **Educação, Ensino Religioso e formação docente**. In: SENA, Luzia (org.). Ensino Religioso e formação docente. São Paulo: Paulinas, 2006.

MAZUCO, Maria C. A. **Ensino Religioso e democracia**: expressões religiosas das festas juninas na Educação Infantil pública de Vila Velha-ES. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf . Acesso em: 20 nov. 2024.

PESSOA, Silvério L. **Expressões da religiosidade popular**: Sul da França (Cultura Occitana) e Pernambuco em diálogos e conexões. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.

ROCHA, Tânia M. H. **A festa da Penha e as Ciências das Religiões**: estudo de caso na (UMEI) “Pedro Pandolfi”, Vila Velha-ES. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2022.

RODRIGUES, Edile; JUNQUEIRA, Sérgio R. A. **Desenvolvimento religioso**. In: JUNQUEIRA, Sérgio R. A.; BRANDENBURG, Laude; KLEIN, Remi (orgs.). Compêndio do Ensino Religioso. São Leopoldo: Sinodal, 2017.

RUY, Susan G. R. **Religiosidade e Educação Infantil**: um olhar sobre a UMEI Basílio Costalonga, Vila Velha-ES. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2021.

SANTOS, Tália A. S. **Laicidade do Estado e Ensino Religioso no Brasil**: trajetórias, desafios e perspectivas. 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SOUSA, Nadiel C. **O corpo na festa junina**: reflexões simbólicas e estéticas para a Educação Física. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Natal, 2018.